CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - Proc. CEE nº 727/75

INTERESSADO: Câmara do Ensino do Terceiro Grau

ASSUNTO : Fixa prazo para a conclusão dos Doutoramentos nos Institutos Isolados do Ensino Superior, mantidos pelos Municípios

AUTOR : Cons. Antonio Delorenzo Neto

INDICAÇÃO Nº 13/75, CTG. Aprov. em 5 / 2 / 75

Considerando que as Normas Gerais para a elaboração de Regimentos das Faculdades Municipais, que integram o Sistema Estadual de Ensino, foram aprovadas pela Deliberação CEE, nº 12/73, homologada em data de 10 de agosto de 1973, não estabeleceram prazo para a conclusão de Doutoramentos por defesa direta de tese;

Considerando que o Decreto nº 52.865, de 18 de Janeiro de 1972, estabeleceu aos candidatos inscritos ao Doutorado em Faculdades Estaduais o prazo máximo para concluí-lo em três (3) anos, e que se encerrou em 31 de dezembro de 1973;

Considerando a necessidade de se estabelecer um prazo para a conclusão dos Doutoramentos nas referidas Faculdades Municipais, cujos candidatos requereram sua inscrição até a data de 10 de agosto de 1973, fixada pelo Conselho Estadual de Educação;

INDICAMOS ao Conselho Estadual de Educação que aprove o prazo máximo de três anos, a partir da data da homologação da Deliberação CEE nº 12/73, em 10 de agosto de 1973, para a conclusão dos Doutoramentos requeridos nos termos do Decreto Estadual nº 52.865/72, dentro do prazo legal, pelas Faculdades Municipais.

São Paulo, 25 de janeiro de 1975

a) Cons. Antonio Delorenzo Neto - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A Câmara do Ensino do Terceiro Grau adota como sua Indicação o Voto do nobre Relator. O Cons. Alpínolo Lopes Casali apresentou Declaração de Voto, em anexo.

Presentes os nobres Conselheiros: Alpínolo Lopes Casali, Antonio Delorenzo Neto, Olavo Baptista Filho, Oswaldo A. Bandeira de Mello, Wlademir Pereira e Frederico Pimentel Gomes

Sala das Sessões, em 29 de Janeiro de 1975

a) Cons. Luiz Ferreira Martins - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Terceiro Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", aos 5 de fevereiro de 1975

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães - Presidente

Proc. CEE nº 727/75   Indicação nº 13/75

DECLARAÇÃO DE VOTO

É conhecido o nosso ponto de vista sobre o doutoramento nos estabelecimentos isolados de ensino superior municipais. Não há lei, nem normas do Conselho Estadual de Educação a respeito del.2.

O Decreto estadual nº 52.865, de 1972, tem como destinatários exclusivos os isolados oficiais do Estado.

Assim, coerentemente, desaprovo a Indicação, de autoria do nobre Conselheiro Antonio Delorenzo Neto.

São Paulo, 29 de janeiro de 1975

a) Cons. Alpínolo Lopes Casali

Autor